

A MEMÓRIA QUE NÃO LEVA À JUSTIÇA: O APAGAMENTO DA REFLEXÃO HISTÓRICA E CRÍTICA ENTRE OS ALUNOS DO TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL DA UFF

Luiza Aragon Ovalle

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3103-9189>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4490501563370441>

Resumo

Analisa-se moralidades e sentidos de justiça (Thèvenot 2006) presentes entre alunos do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense. A interação dos alunos com o conteúdo abordado resulta numa combinação entre obstáculos epistemológicos (Bachelard 1996) e moralidades, analisados a partir do mau desempenho dos alunos debutantes em avaliações que demandam reflexão histórica e crítica sobre segurança pública no Brasil ao longo do século XX. Sentidos de justiça expressos pelos alunos que defendem um regime autoritário no país ficam evidentes durante a adaptação ao curso, onde uma das tarefas dos avaliadores é explicitar a diferença entre opinião e conhecimento para a obtenção de um diploma de ensino superior. Na medida em que as respostas dos alunos ao conteúdo durante os dois anos de implantação do curso são analisadas, é possível perceber que as moralidades em disputa não caracterizam idiosincrasias e são compreendidas aqui como conflitos que formam contornos morais (Cardoso De Oliveira 1968) entre alunos-policiais e profissionais do curso, representativos para uma compreensão mais ampla do cenário político brasileiro, onde é pertinente compreender as diferenças entre aqueles que defendem um regime autoritário e aqueles que tomam o Estado Democrático de Direito como ponto de partida analítico. Neste contexto se insere a percepção destes alunos policiais, de que a polícia só pode ser concebida corretamente fora de uma análise histórico-crítica, distante da percepção da trajetória individual de seus agentes e apagando os erros do passado, afirmando assim, contra o conhecimento científico apresentado no curso, estar defendendo valores universais.

Palavras-chave: obstáculos epistemológicos; moralidades; sociologia pragmática; CEDERJ; polícia.

Abstract

This paper analyzes moralities and meanings of justice (Thèvenot 2006) among the students of the Social and Public Security Technological Course from Fluminense Federal University. Their interaction with the contents of the course combines epistemological obstacles (Bachelard 1996) and moral contents, analyzed through poor scores obtained by debutant students on evaluations and exercises which demand historical and critical reflection about public security in Brazil during the 20th century. Meanings of justice expressed by the students who defend an authoritarian regime become evident during the adaptation to the course, where one of the evaluators' tasks is to explicit the difference

between opinion and knowledge, necessary to obtain a higher education degree. As the students' answers during the first two years of course are analyzed, it is implied that moralities in dispute are not idiosyncrasies and are perceived here as conflicts which form moral contours (Cardoso De Oliveira 1968) between policemen-students and the course's staff, representative of a broader understanding of the Brazilian political scenery, to which are pertinent the differences between those who defend an authoritarian regime and those who have the Democratic Rule of Law as a starting point of analysis. In this context, the perception of these policemen-students is analyzed, in which the police can only be conceived apart from a historical-critical analysis, distant from the perception of the individual trajectory of their agents and erasing the mistakes of the past, this way stating, against the scientific knowledge presented on the course, to be defending universal values.

Keywords: epistemological obstacles; moralities; pragmatic sociology; CEDERJ; police.

Introdução

Ao chegar no local da palestra, fomos recebidos com uma enorme mesa de café-da-manhã. O prédio de dois andares onde se instala o polo Sobatiba,¹ um dos 12 onde funciona o curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social (TSP), possui instalações modestas, propriedade do governo municipal, como é padrão para os 40 polos presenciais ligados ao Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro, o CEDERJ.²

A diretora de polo recebe os professores de diversos cursos de ensino superior, os quais em alguns casos não passam muito tempo lanchando antes de se dirigir às salas onde fazem sua palestra semestral. O consórcio CEDERJ oferece 16 cursos de graduação (cada polo conta normalmente conta com uma média de 5 cursos. Os alunos são orientados presencialmente pela coordenação de polo e pelos tutores presenciais, sendo os últimos importantes não apenas para a compreensão do conteúdo, mas para que os alunos tenham uma boa relação com as atividades acadêmicas requeridas no formato online.

Apesar da apresentação do conteúdo e da comunicação oficial com a coordenação das universidades públicas academicamente responsáveis pelos cursos (e diplomas) acontecer no formato online, através da chamada Plataforma Moodle e de trocas de e-mails, em cada semestre um professor diferente de cada curso visita os polos. Estes apresentam aos alunos pesquisas atuais pertinentes na sua área de atuação, conversam com a equipe local sobre o andamento das aulas e dos alunos, bem como sobre questões

relativas à estrutura local da instituição. Desta forma, num mesmo polo podem estar presentes cursos, por exemplo, da UFRJ, da UFRRJ, da UFF, da UERJ, da UENF, da UNIRIO e do CEFET/RJ, oferecidos através do consórcio CEDERJ.

O curso onde eu deveria palestrar ainda não tinha alunos presentes no local quando cheguei, apesar de constar como matriculadas cerca de 300 pessoas em TSP, oferecido pela UFF. Tive uma longa e agradável conversa com a coordenadora de polo durante cerca de uma hora, antes de algum aluno chegar, disposto a ouvir a palestra ou gentilmente convencido disso pelos tutores, dado o constrangimento de uma viagem perdida. Em outros polos, a adesão a esta visita docente é alta para TSP, o que se dá inclusive diante da exigência de cumprimento de carga horária em atividades acadêmicas extracurriculares para a conclusão do curso e emissão do diploma.

Meu público acabou consistindo em um calouro e um veterano, ambos com cerca de 50 anos, outro veterano na casa dos 40 e uma jovem policial que não devia ter mais de 30 anos. Uma característica que distingue os alunos de TSP é a reserva de vagas para agentes de segurança pública na ativa, solicitada pelo MEC no momento da criação do curso, com um objetivo que nunca chegou a ser concluído, de incluí-lo no plano de carreira da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Guardas municipais, agentes penitenciários e policiais civis também podem prestar o exame vestibular do CEDERJ concorrendo a estas vagas.

Eu falava nesta palestra sobre minha tese de doutorado, então em andamento, a respeito da percepção dos alunos de TSP sobre o conteúdo, e aproveitei a ocasião para tornar aquele um momento didático sobre como eles poderiam ter outra postura diante do que liam, gerando um melhor desempenho em suas avaliações. Eu atuava, à época, como parte do trabalho de campo para a minha tese de doutorado, auxiliando o professor responsável pela disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública (IESP).

As aulas-texto, distribuídas em material impresso e digital, são elaboradas por professores concursados nas universidades conveniadas, com o objetivo de substituir suas próprias interlocuções em uma aula presencial. Desse modo, elas procuram prever dúvidas e antecipar respostas, o que é complementar ao trabalho realizado nos polos pelos chamados tutores presenciais. As tutorias têm caráter complementar à estrutura online, e

são frequentadas especialmente pelos alunos dos primeiros semestres, que ainda não possuem uma rotina autônoma de estudos ou que passaram muito tempo longe dos bancos escolares, o que se reflete numa dificuldade de interpretação de texto trabalhada nas tutorias a partir da literatura do curso (Aragon 2018).

A linguagem escrita é predominante na modalidade semipresencial oferecida pelo CEDERJ, apesar do esforço de gravar vídeo-aulas e de realizar vídeo-tutorias com outros bolsistas de apoio na equipe regular de cada disciplina, os chamados tutores à distância. Todas as avaliações e materiais obrigatórios de estudo são escritos, o que entra em choque com o aprendizado tradicionalmente oral na sociedade brasileira (Kant De Lima 1997). Diante da exigência de expressão escrita, é frequente um esforço elaborado para discordar do material didático, também registrado por escrito na Plataforma Moodle, o que despertou o meu interesse antropológico: moralidades e sentidos de justiça são analisados a partir da ótica proporcionada pela sociologia pragmática (Thèvenot 2006), a qual pressupõe a existência de múltiplas motivações em competição na sociedade, cada qual acionando valores que justificam o posicionamento de um indivíduo, diante de contextos de controvérsia.

Ao reunir aulas-texto cuja perspectiva sobre a sociedade pensa no Estado Democrático de Direito como ponto de partida para a análise, o curso TSP explicita tensões no contato com a visão dos agentes de segurança pública sobre sua atuação profissional e visão de mundo, uma vez que estas aulas-texto acionam diferentes moralidades e sentidos de justiça. Desta forma, neste artigo, procuro contrastar algumas moralidades que se destacaram na referida tese de doutorado (Aragon 2018), a partir de postagens que respondem à perspectiva da sociedade sobre a segurança pública, em contraponto com a perspectiva do Estado, acionada pelos alunos de TSP. Este contexto, composto por um mosaico de tensões morais e capaz de mobilizar os atores a agir em torno de sua explicitação é o que a sociologia pragmática francesa convencionou chamar de controvérsia (Thèvenot 2006). As perguntas a serem respondidas nas seções seguintes se orientam, assim, da seguinte forma: quais moralidades foram acionadas em suas avaliações e postagens na Plataforma Moodle? Quais sentidos de justiça estão implicados nestas argumentações?

Para os fins desta exposição, a próxima seção está organizada a partir das postagens realizadas pelos alunos na Moodle, onde eles interagem com o conteúdo e procuram convencer os tutores de que sua visão de mundo e suas moralidades devem permanecer intactas, e recebem apoio dos demais alunos em respostas às postagens publicadas da ferramenta online Fórum, um chat cujas mensagens ficam disponíveis ao longo do semestre para todos os participantes da sala de aula virtual, matriculados na disciplina, e em alguns casos são objeto de avaliações parciais.

O trabalho de campo durante o doutorado envolveu o contato com diversos tutores à distância na filial do CEDERJ em Niterói, o Centro de Educação à Distância (CEAD-UFF), bem como nas dependências do grupo de pesquisa que frequentei ao longo de toda a pós-graduação, cuja formação compartilhada em Antropologia do Direito (embora outras áreas fossem contempladas pelo escopo do grupo) gerou interesse imediato de diversos pesquisadores pela tutoria à distância na ocasião da abertura do curso, o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (NUFEP/UFF). Estas trocas foram importantes para que eu tivesse acesso à diversas postagens, em diferentes disciplinas dos períodos iniciais do curso TSP, acompanhadas de conversas sobre as moralidades e sentidos de justiça que tensionavam a relação professor-aluno estabelecida com os tutores, responsáveis pela correção das avaliações.

Bachelard (1996) descreve como obstáculos epistemológicos são parte da organização cognitiva que deveria permitir ao indivíduo adquirir novos conhecimentos e novas formas de aprender, mas estão fundamentadas de tal forma que a psique se torna impermeável a explicações, independente do seu mérito. Estes mecanismos de bloqueio não se reduzem ao trauma, são adquiridos na socialização da mesma forma que uma epistemologia capaz de crescer teórica e tecnicamente. Não se critica uma psique defeituosa nestes casos, mas os próprios caminhos para viver e entender o mundo constituídos pelos indivíduos. Estes caminhos, no entanto, não se constroem sozinhos: são adquiridos ao longo da convivência social, através de repetições de casos, de extrapolações a partir de uma coleção de casos, assim como através da percepção moral do indivíduo. Uma das consequências disto é que as moralidades humanas podem ser barreiras ao entendimento tão importantes quanto o trauma, que desviam o processo de

aprendizado, às vezes, como uma pedra desvia o curso da água de um rio, e em outros casos possuem o efeito de uma barragem capaz de interromper qualquer fluxo de água.

A análise de respostas selecionadas entre centenas observadas ao longo do trabalho de campo faz parte da transposição do 'estar lá' do pesquisador. Enquanto pesquisadora, acompanhei tutores que liam regularmente postagens de centenas de alunos, e conversavam entre dezenas de tutores ao longo do semestre letivo. Da mesma forma que a antropologia face-a-face seleciona e descreve um cenário entre centenas vividos durante uma longa exposição ao campo face-a-face, a expectativa as postagens da Moodle e os recursos discursivos usados pelos alunos para se colocar neste ambiente são característicos do comportamento social nas redes no século XXI: a dimensão social transforma uma relação entre máquinas em uma relação que acontece entre pessoas, mediadas por máquinas que fazem parte da composição do social, onde uma rigorosa hierarquia entre humanos, máquinas e técnicas necessárias em momentos práticos atrasa e confunde mais do que possibilita o fluxo social (Latour 1994a). Desta forma, os trechos selecionados nas seções seguintes foram considerados representativos das observações de campo entre os anos de 2014 e 2017, levando em conta a frequência de postagens semelhantes, as reações dos demais alunos em postagens de apoio, bem como a articulação com a etnografia face-a-face junto aos profissionais do curso, sejam eles tutores ou membros da administração. As etnografias sobre a cultura jurídica brasileira debatidas nos grupos de pesquisa onde me inseri durante a pós-graduação foram ademais basilares para a minha formação enquanto pesquisadora e para a formulação das questões aqui desenvolvidas (Kant De Lima 2008; Silva 1998).

1. Defender a instituição é defender valores, não mudanças históricas

No primeiro semestre, é preciso lidar com as expectativas iniciais dos alunos-policiais de TSP, de um ensino manualizado, onde instruções para a atuação policial sejam acompanhados de princípios motivadores dos agentes de segurança pública. Este entendimento da educação é narrado em etnografias das academias de polícia (Silva 2011; Kant De Lima 1995) realizadas por pesquisadores ligados ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), onde o curso foi idealizado a partir das pesquisas antropológicas na área de segurança pública. O resultado destas

expectativas são questionamentos de protocolos burocráticos e de mérito sobre os conteúdos, os quais geraram como resposta da administração do curso seminários e reuniões com os alunos nos polos onde os problemas aconteciam, posteriormente narrados em etnografias (Machado 2013; Neves 2016). Nestas interlocuções, coordenadores e pesquisadores do instituto explicavam que o foco das aulas-texto não é dizer aos alunos como exercer sua profissão, mas oferecer uma visão crítica e bem fundamentada sobre erros e acertos em cada política pública sobre a qual o conteúdo se debruça, sobre os diferentes papéis ocupados pela polícia ao longo da história, bem como sobre as diferentes orientações que o governo imprimiu sobre as polícias.

A disciplina Introdução aos Estudos em Segurança Pública (IESP) é o único contato dos alunos de primeiro período com os fundamentos antropológicos do curso, e foi intencionalmente concebida pela coordenação para que os alunos pudessem obter um panorama das moralidades e sentidos de justiça distintos que tensionam a experiência do curso como aluno. No entanto, isso não significa que busquem apenas este espaço para se expressar: como veremos abaixo, também há postagens neste sentido em uma disciplina com base exclusiva na área do Direito oferecida no primeiro período, chamada Estado, Direito e Cidadania. A sala de aula virtual na Moodle para esta disciplina é um lugar (Leitão & Gomes 2013; Leitão & Gomes 2017) onde respostas ao que foi colocado na sala de IESP também emergem. Os excertos que seguem abaixo se referem à fricção entre moralidades (Cardoso De Oliveira 1968) gerada neste contato.

A primeira aula da disciplina IESP tem como título “O que é segurança pública? Repensando a segurança pública no contexto democrático” (Policarpo 2014) e seu maior desafio para os alunos é uma apresentação das polícias através de um olhar histórico sobre a política nacional, com foco sobre as mudanças nos valores operados pelos agentes de segurança estatais que ocorreram ao longo da história brasileira. Tais mudanças são associadas pelos alunos-policiais à instabilidade social e descrédito da instituição, o que é um dos obstáculos epistemológicos (Bachelard 1996) à compreensão das políticas públicas formuladas a partir da crítica histórica sobre o país, levando-os a percebê-las como potencialmente danosas à defesa da ordem e da justiça social no presente.

A sequência de postagens que apresento a seguir, extraídas de uma atividade na ferramenta online chamada fórum, foi apontada pelos tutores como representativa da

gramática moral (Thévenot 2006) que, em seu conjunto de moralidades, é identificada como operante nos alunos. O conceito de gramática se refere à organização dos posicionamentos em competição dentro de uma controvérsia, e sua utilidade está em permitir ao leitor um panorama das moralidades em fricção: ao associar argumentos às moralidades que acompanham a performance dos atores, a ilusão de que o indivíduo pode existir fora da política se desfaz. Igualmente, a possibilidade de negar a articulação desta dimensão moral a certos indivíduos e conceder esta complexidade performática a outros também cai por terra, uma vez que o que está em jogo não é a hipótese de que grupos sociais inteiros são capazes de capacidade crítica ou de buscar ações sociais política e moralmente isentas, mas quais as consequências de seus posicionamentos quanto à profundidade da dimensão moral de suas ações. Ao analisar, portanto, moralidades e não expressões individuais idiossincráticas das mesmas, contamos com a dispersão dos argumentos e de reflexões sobre eles. Até certo ponto, as interpretações sociais e também inevitavelmente políticas sempre são, em alguma medida, imprevisíveis para os atores, como coloca a discussão sobre controle de impressões numa aldeia do Himalaia (Berreman 1975). Neste artigo, o antropólogo usa toda a sua expertise para controlar as impressões de seus interlocutores durante seu trabalho de campo, e suas conclusões são apresentadas no sentido de que sempre existem alguns desdobramentos, interpretações e consequências que não podem ser controladas.

A pergunta formulada no âmbito da disciplina IESP diante da aula-texto 1 contrasta com a formação policial, que de uma maneira geral, possui como objetivo a aplicação direta na atuação profissional, gerando uma relação dos alunos com a dúvida e a reflexão diferente da necessária para a participação no curso. Para eles, perceber a corporação como inserida numa dinâmica histórica é um meio e não atinge seu objetivo até que sua percepção do agir como profissional no momento atual se complete. Os objetivos da primeira aula estão distantes disto: ao falar dos diferentes papéis ocupados pelas polícias ao longo da história do Brasil, questionamos diretamente uma das consequências da lógica dogmática como construção da verdade, fundamentado em certezas inabaláveis, impermeáveis à ação da política, da história e do tempo. Desta forma, os alunos precisam interagir com a desconstrução de um papel universal para a polícia e de uma universalidade do papel do Estado.

“Em cada parte da historia a Policia teve um papel, uma prioridade principal: no inicio em 1809 sua função era defender os interesse do Rei (capturar escravos fugitivos, prender desordeiros, reprimir o contrabando); com a independência do Brasil em 1822 a policia atuou na segurança interna do país mais também atuou conjuntamente com exército; no regime militar a policia militar foi comandada por oficiais do Exército, como dizem os historiadores, com isso o Brasil adquiriu uma policia opressora que priorizava o que os militares achavam ser importante para segurança nacional. A pergunta é: qual é o real papel de hoje para uma policia que esta cada vês mais acuada?” (Alan Lacerda, polo Santa Teresinha)

A pergunta do aluno leva os demais a cair no contraditório (Kant De Lima 2012), buscando pontos isolados na narrativa que possam ser extrapolados e desta forma utilizados para desqualificar o conteúdo do texto de uma forma geral. Este movimento desvia o foco do tema central da aula, então, ao invés de recorrer à narrativa da aula-texto sobre como o passado informa os valores presentes nas práticas policiais, os alunos discorrem sobre temas de sua preferência, inundando o espaço com argumentos que não desqualificam o argumento central, apenas fundamentam questões tangentes, trazidas pelos próprios alunos, e irrelevantes para o fundamento que eles procuram destruir. Assim, os alunos acionam sua própria experiência profissional e ignoram os objetivos propostos para o debate. Para além da administração de aprovações e reprovações, são delineadas duas formas de pensar a segurança pública, as quais que diferenciam, ao longo do curso, tutores e alunos:

“Boa tarde

Acho que, Houve um avanço no que diz respeito a polícia na questão de estar acuada. *A policia tem procurado cumprir seu papel, dentro do que ela pode fazer, como por exemplo, nas UPPs, existe uma jogada política, policia presente mas sem total condições* ainda de manter o que a sociedade daqueles locais precisam, e aparentemente tudo resolvido, mas *precisam de contingente, equipamentos, melhores treinamentos*, mais segurança para os próprios policiais e principalmente melhores salários para não ter policiais corruptos. A policia que atuava nas épocas, colônia e ditadura militar, *acredito que tinha uma condição melhor de atuação do que hoje, pois não enfrentavam o que os policias da atualidade enfrentam no dia a dia.*

Os direitos dos cidadãos ainda não são defendidos como deveriam devido a corrupção, a lei frágil contra infratores e principalmente, sem generalizar, os policiais mau preparados.” (Jurandir da Silva, polo Santa Teresinha).³

O aluno retoma os argumentos anteriores, já expostos pelos colegas que participaram do tópico, acrescentando outra dimensão da sua experiência profissional: uma crítica às “condições (...) de atuação”, as quais não são objeto da aula, e, portanto, não são um conteúdo sobre o qual a tutoria deve propor leituras, ao cumprir seu objetivo de preparar a turma para avaliações padronizadas para atender 12 polos e até 1.200 alunos.

Segue abaixo uma postagem da tutoria, a qual tenta mudar a direção da argumentação da turma, novamente, para uma reflexão sobre a existência de uma dinâmica histórica:

Caros alunos, no decorrer desse curso haverá a necessidade de vocês adotarem uma postura de pesquisador/observador e tentem olhar com estranhamento algumas "verdades" ditadas pelo senso comum em relação à Segurança Pública. Vocês precisarão desconstruir alguns conceitos para refletirem a partir de novas perspectivas. Com isso, quero dizer que precisamos tentar buscar as relações de causa e efeito entre algumas variáveis. Para isso, temos que perceber o contexto histórico das políticas de Segurança Pública e estabelecer as relações de, por exemplo, a população desconfiar da polícia. Ao verificarmos que durante muito tempo o Estado foi omissivo na garantia dos direitos sociais e que a polícia era muitas vezes a principal representante do Estado nas áreas mais pobres e que o objetivo da política de Segurança Pública durante muito tempo foi o de controle social dos pobres, podemos começar a perceber algumas das causas.

Da mesma forma, mesmo admitindo que temos uma mídia sensacionalista que explora a "cultura do medo", não podemos deixar de verificar que geralmente as denúncias de abusos dos profissionais de segurança têm fundamento (embora muitas vezes recorrentes e só sejam punidas para dar uma "resposta" à opinião pública).

Então podemos tentar refletir: *o que mudou em relação aos objetivos das políticas de Segurança Pública no Brasil?*

Abs,

Maria (Maria, tutora à distância do polo Santa Teresinha).⁴

A resposta à pergunta foi unânime: nada mudou na segurança pública. Ao acionar as próprias conclusões sobre suas experiências, os alunos acreditaram que a lógica do contraditório estabelecia sua autoridade, ou seja, que seriam avaliados sem acessar o conteúdo das aulas. Confrontavam (para competir e tentar vencer) a proposta da questão do fórum: de que o papel da segurança se modificou com o tempo, com a dinâmica política e que este é um movimento inevitável no processo histórico onde o Estado que eles representam está inserido. Os protestos diante das notas baixas são generalizados nos primeiros semestres.

Eu venho a avaliar a Polícia Militar como um todo. Criada há mais de 200 anos, bicentenária, e jamais será possível agradar a todas as classes e interesses, onde existe *uma mudança visível do comportamento das forças policiais, tudo isso no meu ponto de vista. Viramos marionetes, porém digo que isso tem que mudar, onde o Governo tem que andar junto, não visando os seus próprios interesses, mas valorização do material humano, mais investimentos e investimento profissional irá mudar a maneira de socializar. Não devemos fechar as portas do conhecimento e do saber, pois isso irá mudar a maneira de servir bem, valorizando a sociedade (Marcelo Cervantes, polo São Jorge).*⁵

O aluno acima aciona os elementos destacados para desqualificar a perspectiva histórica enquanto instrumento crítico de construção de valores para o Estado e de práticas

policiais no presente: (1) o estatuto do conhecimento sobre a sociedade é associado ao da opinião pessoal ao invés do conhecimento científico, (2) as influências dos grupos sociais sobre a polícia são vistas como manipulação por pessoas que detém um poder corrupto sobre os valores impermeáveis ao tempo encarnados pela instituição, e (3) o conhecimento da sociedade, por último, através da metáfora de “fechar as portas”, é visto como uma questão de “estar aberto”, não como uma oposição de lógicas através das quais os diferentes sentidos de justiça se organizam e operam socialmente.

Ao não reconhecer diferentes saberes, em particular aquele do conhecimento científico, a divisão de papéis entre os cidadãos é questionada: apenas os policiais são capazes de analisar a sociedade e resolver seus problemas, sendo, portanto, negado o papel da ciência numa democracia tecnológica (Callon, Lascomes, Yannick 2001), onde a sociedade contemporânea confia em especialistas para informar a construção de políticas públicas. Ouvir diferentes grupos sociais sobre a temática da segurança pública se constitui, desta forma, em um obstáculo epistemológico (Bachelard 1996) à construção do conhecimento destes alunos-policiais, em uma lógica binária das portas fechadas-ou-abertas, onde ou o cidadão possui a visão “correta”, a “Verdade Real”, ou ignora a realidade e se torna suspeito de ir contra a lei. “Estar aberto” se torna, sem a preocupação com os limites científicos para definir uma situação social, uma forma de cobrar a concordância com as diferentes moralidades que se apresentam como adequadas e hegemônicas entre seus colegas de trabalho, se constituindo num obstáculo ao entendimento das diferentes moralidades que coexistem no espaço público e desempenho dos alunos na compreensão de textos que exigem uma reflexão histórica e crítica, bem como o reconhecimento do caráter político de toda ação social.

2. Uma polícia sem política, sem história, sem atores, mas “com valores”

Na sala virtual da disciplina Estado, Direito e Cidadania, foram selecionadas algumas postagens no disputam um papel no estabelecimento democrático de políticas de segurança pública.

Na próxima seção, exploro mais a fundo as consequências da ideia de corrupção para o tópico de fórum chamado “Liberdade x uso político da polícia”, onde os alunos

explicitaram uma relação entre a possibilidade de fazer justiça no presente e os prejuízos que a crítica sobre a história do país e sobre a instituição podem trazer. Um aluno diz:

A polícia não tem que ser manipulada politicamente como temos visto nestes últimos anos; tem que ser autônoma e não viver de políticos que colocam seus coronéis seus delegados para um possível favorecimento, as vezes ilícitos; tem que desmembrar a política da polícia o mais rápido possível, pois se isso não acontecer, veremos um poder estatal falido onde as leis só são para os menos desfavorecidos, com tem sido atualmente. Acredite. Vi uma ocorrência em que um magistrado furtou em um mercado; ao ser descoberto foi dado como doença cleptomania, e se fosse eu e você, seria ao rigor da lei. As policias devem ser livres para investigar, seja o crime de menor potencial ofensivo como o de maior potencial, como o colarinho branco (Silvano Nobre, postagem em fórum da disciplina Estado, Direito e Cidadania, 2014/2).⁶

Ao dizer que a relação da polícia com a política é de manipulação exercida pelos atores que detém o poder de estabelecer as práticas da corporação, o aluno se identifica com uma apropriação frequente da identificação das mudanças históricas nas salas de aula virtuais (quando alguma dinâmica aparecia): ele aciona a história da instituição a partir dos valores de indivíduos e grupos que detinham o poder, em cada época, apenas quando estes valores são corrompidos.

Isso fica claro na fala de outra aluna, dentro do mesmo fórum, que diz: *“a polícia deve agir em prol da segurança pública e não em prol de seus chefes, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Com essa prática, acaba subvertendo o verdadeiro princípio de liberdade”*. Ao desqualificar os governantes para autorizar a instituição que sobreviveu à sua passagem, a formulação desta apresentação social (Goffman 2001) na plataforma expressa um ‘dever ser’ da instituição acima da corrupção dos atores da classe política, onde estes últimos são vistos como incapazes de compor interesses coletivos acima dos seus interesses individuais. Ela completa:

A polícia tem o objetivo de servir a todos os cidadãos, fazendo se cumprir os direitos e deveres de todos de acordo com as leis vigentes em prol do bem comum, não foi feita para garantir interesses pessoais de ninguém; essas pessoas, eleitas por nós, que deveriam administrar os serviços para a população, como o da segurança, por exemplo, acabam se aproveitando do cargo de comando que ocupam para desvirtuar o papel da segurança pública em benefício próprio; o que seria do público, para o público, na verdade é do público para uma pequena elite (Mariana Henriques, polo Santo Expedito, 2014/2, disciplina Estado, Direito e Cidadania).⁷

Ao invés de se perguntar, portanto, quais valores as práticas policiais informam, afirma que a instituição foi criada a partir de valores considerados justos segundo a sua gramática, mas os homens a corromperam. Isso fica evidente no trecho: *“A polícia tem o objetivo de servir a todos os cidadãos, (...) não foi feita para garantir interesses pessoais*

de ninguém”. Assim, o sentido de justiça apresentado está ligado à defesa de valores, os quais sempre estiveram ancorados nas instituições de segurança, independente da passagem do tempo.

Como consequência, para defender a polícia hoje é necessário negar que a explicitação do passado e a reflexão crítica do presente, exatamente o que é proposto na aula 1 de IESP: “*É preciso ter bem clara toda essa história para que nos livremos dos valores de épocas autoritárias do passado e possamos exercitar a segurança pública de modo igualitário e democrático.*” (Policarpo 2014) Com isso, retomamos o eixo da gramática operada pelos alunos-policiais: da memória que não leva à justiça, uma vez que as moralidades dos alunos não consideram como justa a análise da atuação das polícias ao longo da história brasileira. Percebem a história como uma crítica destrutiva, que vitimiza o policial e a instituição.

Ainda segundo a primeira aula-texto de IESP, desde a colônia até a República Democrática atual, considera-se que o país passou por períodos politicamente diversos e, portanto, também é preciso perceber como dinâmicos os valores e ideias nos quais se baseiam as preocupações básicas da Segurança Pública. A aluna a seguir demonstrou compreender que os valores são dinâmicos, porém, não atribui o estatuto de conhecimento científico a esta dinâmica histórica, na discussão para o fórum da disciplina Estado, Direito e Cidadania:

Acredito que a polícia é usada politicamente desde sua criação. A polícia historicamente não foi criada com objetivo de servir a população e sim garantir os interesses dos nobres e mais abonados financeiramente. Com o avançar dos anos não presenciamos diversas alterações históricas; porém a polícia manteve-se com o mesmo papel, o de proteger o patrimônio/bens da classe dominante. Percebemos que a segurança pública, atualmente, encontra-se erradamente, restrita exclusivamente a polícia. Cabe salientar que o próprio cargo de secretário de segurança pública e como consequência os cargos de Chefe de Polícia Civil e Comandante Geral da PMERJ, são concedidos a pessoas que possuam afinidades com o Governador de cada estado a época. Podemos questionar se os cargos supracitados são concedidos a pessoas que efetivamente são competentes para tal ou somente são concedidos devido a vínculos políticos partidários. Tiramos as devidas conclusões quando após eleições governamentais, presenciamos a mudança por completo de toda a cadeia da segurança pública, sendo tal mudança minimizada se o partido que vence o pleito é o mesmo que governava anteriormente. (Valéria Sales, polo Santo Expedito, 2014/2)

A aluna acima usa o verbo “acredito” para afirmar que a polícia sempre teve usos políticos. Dessa forma, desqualifica o conhecimento histórico sobre a sociedade, no

sentido de que apenas opiniões podem ser emitidas, não uma ciência social produzida sobre o tema.

Uma segunda diferença entre esta gramática e aquela acionada pelos tutores é a forma pela qual opera um dualismo entre interesses particulares e valores universais. Esse dualismo é muito diferente, por exemplo, da lógica do englobante e o englobado, desenvolvida analiticamente pelo autor Louis Dumont (1966). Segundo a gramática operada pelos alunos-policiais, uma das duas lógicas precisa ser eliminada, ao invés de coexistir com a outra dentro de uma hierarquia. Segundo a abordagem de Dumont (1966), sociedades organizadas através de um princípio hierárquico têm, dentro de si, de maneira não-predominante, o princípio da igualdade operante. Da mesma forma, uma sociedade igualitária possui o princípio hierárquico dentro de sua estrutura, e esta se mantém operante no dia a dia. Porém, existe uma diferença crucial: as consequências para a organização e condução de motivações da ação dentro de cada sociedade são diferentes. Isto significa que, para Dumont, nenhuma das duas lógicas precisa ser ‘esquecida’ ou ‘eliminada’ para que possamos afirmar a existência de uma ou outra ordem hegemônica. Quanto à sua aplicação na sociedade brasileira, por exemplo, os autores Roberto DaMatta (1979b) e Kant de Lima (2008) discutem a coexistência de princípios igualitários universalizantes com práticas hierárquicas e excludentes, bibliografia largamente citada nas aulas do curso TSP.

Ainda sobre os problemas dos alunos-policiais com um olhar histórico sobre o Estado brasileiro, é comum, entre os alunos que chegam a descrever uma dinâmica temporal, que eles não percebiam o poder como algo que pode ser distribuído desigualmente entre múltiplos atores a influenciar sobre a mesma instituição estatal. Dessa forma, alguns alunos reproduzem pequenos resumos, apontando os donos do poder numa linha temporal. Dizem, por exemplo:

na época colonial, as ações ligadas à segurança eram voltadas para os interesses da Coroa Portuguesa. Após a independência o Brasil, as elites oligárquicas passaram a controlar o poder de decisão em relação às preocupações a respeito da segurança pública, e após o golpe de 1964, os militares combatiam o inimigo que perturbava a ordem. (João Donatino, polo São Jorge, 2014/2)

Dessa forma, não percebem os portugueses, as oligarquias, os militares e a classe trabalhadora como grupos com interesses em competição, num jogo de forças onde a

predominância de um não eliminava o papel dos outros dentro da sociedade. Os pares de oposição simplificam a dimensão política a uma divisão que, ao invés de condenar a manutenção de práticas antiquadas, apaga o passado para construir a justiça no presente. Isso também fica claro na postagem do aluno a seguir:

Concordo plenamente com o amigo, vivemos numa sociedade de total desigualdade, e o preconceito está sempre presente nos problemas sociais; pensar que "bandido bom é bandido morto" é uma atitude radical de querer resolver a questão; temos que lembrar, sempre, que vivemos um momento de DEMOCRACIA que ainda não foi totalmente consolidada em nossas mentes, esquecemos que lutamos tanto por ela, e agora, precisamos valorizá-la, *esquecendo* de resquícios de militarismo e guerras (Carlos Alexandre, polo São Jorge).⁸

Sendo assim, a gramática operada pelos alunos-policiais percebe a dimensão política, histórica e distributiva do poder como negativa, com o potencial de corromper a instituição policial. Segundo essa visão dualista, se a instituição 'não tem valores', há uma associação direta ao exercício de um poder *corrupto*. Romper com a noção de corrupção significa sair desta gramática, e não apenas aprender os discursos, mas aderir às explicações da aula 1, segundo um entendimento da consolidação de categorias sociais como inseridas dentro de um processo histórico e sociológico. Esta noção de corrupção, desta forma, se constitui como obstáculo epistemológico para a compreensão do conteúdo (Bachelard 1996).

Além de perceber uma dinâmica nos valores e nas leis vigentes em cada época, para romper com a ideia de que o exercício da política é necessariamente corrupto e por isso sua influência deve ser eliminada da atuação da polícia, é preciso também compreender os diferentes papéis desempenhados por cada ator no contexto social indicado pelas aulas, em especial, a polícia, o Estado e os grupos ou indivíduos envolvidos, inclusive, em práticas sociais consideradas imorais ou ilegais.

Isto tem como consequência operar o entendimento da sociedade a partir de uma gramática que pensa sobre a construção social de representações coletivas de legalidade ou ilegalidade de certas práticas sociais como inseridas numa dinâmica histórica, para sair da compreensão de uma lógica sem autor e sem corpo para discutir indivíduos que existem socialmente através de performances morais, incorporando caminhos que não estão pré-determinados em nível nacional, formulando, assim diálogos com diferentes gramáticas operadas na sua convivência cotidiana.

Considerações Finais

Ao longo da palestra ministrada no polo Sobatiba, alguns eventos interromperam minha fala. Um policial fardado e armado entrou na sala, dizendo ter vindo dar as boas-vindas aos alunos, apesar de serem orientados desde o primeiro período a comparecer à paisana e sem armas à mostra no CEDERJ, onde são alunos e não devem ostentar a autoridade policial emitida pelo impacto visual da farda ou da condição de andar armado. Este é um dos comportamentos típicos de contestação de autoridade do curso, especialmente porque, apesar de me cumprimentar, ele não ficou para assistir à palestra. Esta atitude é uma das muitas formas que esta contestação toma, como foi mais uma vez exemplificado ao final da palestra quando, em tom paternal, o aluno veterano que assistia me explicou que eu tinha os argumentos certos, apenas as minhas conclusões que estavam erradas. Estas duas atitudes são expressões, nas relações face-a-face do curso, do fenômeno que procurei demonstrar por escrito neste artigo: uma confluência entre obstáculos epistemológicos (Bachelard 1996) e as moralidades manifestas em defesa de uma ditadura militar no Brasil.

As múltiplas formas de demonstrar insatisfação com o conhecimento ofertado nas salas de aula e nas apostilas do curso são características de uma controvérsia (Thévenot 2006), no sentido de que estas situações catalisam sentimentos morais em torno de posicionamentos dos indivíduos envolvidos, gerando explicitações de todos eles sobre um tema cuja importância para a história contemporânea do país é premente. Afirmar que as moralidades e os sentidos de justiça sobre uma leitura reflexiva, crítica e baseada na ciência sobre a história do país e sua condição democrática estavam em disputa à época da etnografia realizada (Aragon 2018) significa ressaltar a importância do campo discursivo, bem como a importância do posicionamento político e social dos atores envolvidos para definir o próprio curso da história do país.

Referências Bibliográficas

ARAGON, L. **A memória que não leva à justiça**: uma etnografia dos discursos e moralidades presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade

Federal Fluminense. ANO Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico: Contribuição para uma Psicanálise do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BERREMAN, G. **Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia.** In: ZALUAR, A. (org.) *Desvendando Máscaras Sociais.* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica.** In: *América Indígena*, Vol. 28, n.º 2, 1968.

CALLON, M.; LASCOMES, P.; YANNICK, B. **Agir dans un monde incertain.** Paris: Seuil, 2001.

DAMATTA, R.. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

DUMONT, L. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações.** São Paulo: Edusp, 1992 [1966].

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

KANT DE LIMA, R. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos.** Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **A antropologia da Academia: ou quando os índios somos nós.** Niterói, EDUFF, 1997.

_____. **Antropologia Jurídica.** In: SOUZA LIMA, A. C. de. *Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos.* Rio de Janeiro/Brasília: ContraCapa/Laced/ABA, 2012. pp 35-54.

_____. **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994a.

LEITÃO, D. ; GOMES, L. G. F. F. **Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life.** In: *Cronos*, v. 12, p. 23-38, 2013.

____. **Etnografia em ambientes digitais:** perambulações, acompanhamentos e imersões. In. *Revista Antropológica*, Niterói, n. 42, p.41-65, 2017.

MACHADO, M. G. **Percepção do Aluno Sobre a Qualidade de Disciplinas Oferecidas na Modalidade a Distância:** Construção de um Modelo Baseado na Servqual. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, 2013.

NEVES, D. de M. C. **Hierarquia e Disciplina:** análise da relação de ensinoaprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social. Trabalho de conclusão do Curso (Bacharelado em Segurança Pública), - Universidade Federal Fluminense, Niterói / Rio de Janeiro, 2016.

POLICARPO, F. **O que é segurança pública? Repensando a segurança pública no contexto democrático.** In: *Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública*. Rio de Janeiro: CEDERJ, 2014 (Material Didático).

SILVA, J. da. **Violência de racismo no Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1998.

SILVA, R. R. da. **Entre a Caserna e a Rua:** o dilema do pato. Niterói: EdUFF. *Coleção Antropologia e Ciência Política*, No. 52. Série Justiça Criminal e Segurança Pública. 2011.

THÈVENOT, L. **L'action au pluriel:** sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, 2006.

¹ Os nomes dos alunos e dos polos foram trocados por pseudônimos ao longo do texto para preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa.

² Site oficial: <https://www.cecierj.edu.br/cederj/> (Último acesso em 21/12/2022).

³ Grifo da autora.

⁴ Grifo da autora.

⁵ *Grifo da autora*

⁶ Grifo da autora.

⁷ Grifo da autora.

⁸ Grifo da autora.

CITE ESTE ARTIGO:

OVALLE, L. A. "A memória que não leva à Justiça: o apagamento da reflexão histórica e crítica entre os alunos do Tecnólogo em Segurança Pública e Social da UFF". *Revista Estudos Políticos*. v.14, n. 27, 2023. pp.203-220